



**INMETRO/SURRS  
PREGÃO ELETRÔNICO  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0052602.005289/2025-34)**

A Superintendência do Inmetro no Estado do Rio Grande do Sul – Inmetro/SURRS, por meio da Coordenação de Licitações do Inmetro (Colic), torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. A sessão pública será realizada por meio do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços comuns e contínuos de sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos oficiais e locados da Superintendência do Inmetro no Estado do Rio Grande do Sul – Inmetro/SURRS, abrangendo abastecimento (combustíveis), manutenção leve (troca de óleo, filtros e fluidos), lavagem e taxa de administração, executados por meio de rede credenciada, sem alocação de postos fixos ou subordinação de trabalhadores à Administração, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, composto pelos itens abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem:

Grupo 1 – Sistema informatizado e integrado para gestão de frota, com fornecimento, conforme Termo de Referência:

Item 1 – Gasolina: abastecimento de veículos oficiais e/ou locados, com gasolina comum ou aditivada, unidade litro, quantidade estimada de 120.000 litros, valor unitário de referência de R\$ 6,76, valor total estimado de R\$ 811.200,00.

Item 2 – Etanol (álcool combustível): abastecimento de veículos oficiais e/ou locados, unidade litro, quantidade estimada de 4.000 litros, valor unitário de referência de R\$ 5,30, valor total estimado de R\$ 21.200,00.

Item 3 – Diesel: abastecimento de veículos oficiais e/ou locados, com óleo diesel e diesel S-10, unidade litro, quantidade estimada de 114.000 litros, valor unitário de referência de R\$ 6,75, valor total estimado de R\$ 769.500,00.

Item 4 – Óleo lubrificante: troca de óleo lubrificante dos veículos oficiais (álcool, gasolina, flex ou diesel), unidade, quantidade estimada de 350 unidades, valor unitário de referência de R\$ 60,00, valor total estimado de R\$ 21.000,00.

Item 5 – Filtro de combustível – veículos: troca de filtros e fluidos (Arla 32 e outros) dos veículos oficiais, unidade, quantidade estimada de 300 unidades, valor unitário de referência de R\$ 60,00, valor total estimado de R\$ 18.000,00.

Item 6 – Lavagem de veículos: lavagens dos veículos oficiais e/ou locados (chassi, interior, motor, lavagem total ou parcial), unidade serviço, quantidade estimada de 1.400 serviços, valor unitário de referência de R\$ 100,00, valor total estimado de R\$ 140.000,00.

Item 7 – Controle de abastecimento de veículos: taxa de administração dos serviços de gerenciamento da frota, que inclui despesas com abastecimentos, lavagens, trocas de óleo, filtros, lubrificantes e fluidos, unidade serviço, quantidade estimada de 1, cujo valor de referência e metodologia de composição constam do Anexo Estimativa de Gastos e Taxa de Administração e do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento será o de menor preço do grupo único, apurado na forma prevista no Termo de Referência, observada a metodologia de apresentação das propostas, de incidência dos descontos, de consideração da taxa de administração e de composição do valor global estimado da contratação.

1.4. A proposta deverá ser apresentada em conformidade com a metodologia definida no Termo de Referência, inclusive quanto à incidência de descontos, à taxa de administração, à composição do valor global do grupo e aos critérios de aceitabilidade.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou que estes se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

2.6. Não se aplica exclusividade ou reserva de participação a microempresas e empresas de pequeno porte, por inviabilidade fática, diante da ausência de número mínimo de ME/EPP aptas e do perfil do mercado fornecedor, conforme registrado na justificativa de preços, sem prejuízo da ampla competitividade.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto nº 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. pessoas físicas.

2.9. Não há vedação automática às sociedades cooperativas, cuja participação dependerá do atendimento integral às exigências deste Edital e da compatibilidade com o regime cooperativista, observado o disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e a declaração específica prevista no item 4.5 deste Edital.

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 2.8.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4 e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.8.4 e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso, em consonância com o art. 24, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. O valor estimado global da contratação é de R\$ 1.812.065,75 (um milhão, oitocentos e doze mil e sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), conforme justificativa de preços que instrui o processo.

3.3. O orçamento estimado detalhado por item integra o Termo de Referência e poderá ser disponibilizado aos interessados na forma da legislação aplicável.

3.4. O orçamento estimado não vincula a Administração, servindo como parâmetro de aceitabilidade de preços, observados o critério de julgamento e a metodologia de apuração da proposta mais vantajosa estabelecidos no Termo de Referência, no Modelo de Proposta de Preços, no Anexo Estimativa de Gastos e Taxa de Administração e neste Edital.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta para o grupo único, observada a forma de apresentação e a metodologia de julgamento definidas no Termo de Referência, no Modelo de Proposta de Preços, no Anexo Estimativa de Gastos e Taxa de Administração e neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que forem beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada

pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. A falsidade das declarações de que tratam os itens 4.4, 4.8 ou 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar sua proposta final máxima, observado o critério de julgamento e a metodologia previstos no Termo de Referência e neste Edital:

4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitados os parâmetros definidos pelo licitante e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. A parametrização da proposta final máxima poderá ser alterada pelo licitante durante a fase de disputa, observado o critério de julgamento previsto no Termo de Referência e neste Edital.

4.17. A parametrização da proposta final máxima, na forma do item 4.15, possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizada estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, para o grupo único:

- 5.1.1. o(s) preço(s) e desconto(s), em conformidade com a metodologia prevista no Termo de Referência, no Modelo de Proposta de Preços, no Anexo Estimativa de Gastos e Taxa de Administração e neste Edital;
- 5.1.2. marca, quando aplicável;
- 5.1.3. fabricante, quando aplicável;
- 5.1.4. quantidade cotada, respeitando integralmente as quantidades máximas previstas para contratação.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores resultantes da aplicação do desconto proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
  - 5.5.1. No regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na formação de preços interna da empresa, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, observado o disposto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e demais normas aplicáveis.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.11. Os valores e o percentual de desconto ofertados deverão resultar em preços finais que respeitem os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as consequências legais cabíveis, inclusive responsabilização por eventual sobrepreço comprovado.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 6.5. O lance deverá ser ofertado na forma prevista no Termo de Referência, no Modelo de Proposta de Preços, no Anexo Estimativa de Gastos e Taxa de Administração e neste Edital, observado o critério de julgamento aplicável ao grupo único.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance mais vantajoso que o último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o critério de julgamento previsto no Termo de Referência e neste Edital.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,01, salvo parametrização diversa do sistema, que será informada no chat pelo Pregoeiro.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, observar-se-á o seguinte:
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação dos critérios legais de desempate, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, observadas as seguintes regras:
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 6.12.3. Encerrado o prazo de que trata o subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento desse prazo.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 6.12.3, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de vantajosidade.
- 6.12.7. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.12.6.
- 6.12.8. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, poderá admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do subitem anterior.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes classificados na forma dos subitens seguintes, observadas as regras abaixo:

- 6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos, sendo recebidos os lances em modo fechado e sigiloso durante esse período.
- 6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema ordenará os lances em ordem de vantajosidade.
- 6.13.3. Serão convocados para a etapa aberta o autor do menor lance e os autores dos lances subsequentes que tenham apresentado propostas em valores até 10% (dez por cento) superiores ao menor lance.
- 6.13.4. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no subitem anterior, poderão ser convocados para a etapa aberta os autores dos melhores lances subsequentes, até o máximo de três, na ordem de classificação.
- 6.13.5. Na etapa aberta, os licitantes convocados poderão oferecer lances públicos e sucessivos, observado o intervalo mínimo de diferença entre lances previsto neste Edital.
- 6.13.6. A etapa aberta terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.7. A prorrogação automática da etapa aberta será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.8. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a etapa aberta encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem de classificação apurada na forma do Termo de Referência, do Modelo de Proposta de Preços, do Anexo Estimativa de Gastos e Taxa de Administração e deste Edital.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances idênticos, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com a proposta inicialmente cadastrada no sistema.

6.20. Ao final da fase de lances, serão aplicados os critérios legais de preferência e desempate, quando cabíveis, nos termos da legislação aplicável e deste Edital.

6.21. Em relação ao grupo não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-se, quando cabível, o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.22. Havendo empate real ou fictício, aplicar-se-ão sucessivamente os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e na regulamentação aplicável.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou resultar desconto considerado insuficiente para caracterizar vantagem para a Administração, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



- 6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.8 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP; e
- 7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, assegurada manifestação prévia do licitante.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, na forma do item 8 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização de eventuais tratamentos favorecidos, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. não cumprir os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, constitui indício de inexequibilidade a apresentação de proposta em valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, sem prejuízo da análise da metodologia específica de formação da proposta adotada neste certame.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- 7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados ou consularizados, conforme legislação aplicável.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, com acréscimos e condições específicas, se houver previsão no Termo de Referência.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio expressamente admitido pela Administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução não é imprescindível para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto, não será exigida vistoria obrigatória, sem prejuízo de o licitante poder solicitar esclarecimentos adicionais ao setor requisitante, se necessário.

8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos

registros tão logo identifique incorreção ou que estes se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta formulada na forma prevista no Termo de Referência e neste Edital.

8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado, observado o benefício de regularização fiscal tardia para ME/EPP, quando cabível.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

8.15.1. aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme minuta padronizada da AGU/MGI para serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá:

- 9.3.1. encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- 9.3.2. disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até cinco dias úteis; ou
- 9.3.3. utilizar outro meio eletrônico idôneo, assegurado o prazo de cinco dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O prazo de vigência da contratação será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.5.1. A existência de registro no CADIN será analisada pela Administração à luz da legislação aplicável e das orientações normativas vigentes, para fins de verificação de eventual impedimento à contratação.

9.6. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, quando aplicável, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025.

9.7. Por se tratar de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, não será exigida comprovação de capital social mínimo por número de empregados nos termos do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, salvo previsão específica em norma superveniente vinculante.

9.8. Não se trata, no presente caso, de contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, nem de serviços de vigilância ou transporte de valores, razão pela qual não se aplicam as exigências específicas a esses objetos.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos

elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na forma da legislação aplicável, mediante solicitação pelos canais oficiais do órgão ou por acesso ao sistema eletrônico correspondente, quando disponível.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra, quando exigida;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, quando houver, nos termos da legislação aplicável.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, a ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail colic@inmetro.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <http://www.inmetro.gov.br/inmetro/licitacao/aviso.asp>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. Termo de Referência 39/2025 (SEI 2440701)

13.11.2. Estudo Técnico Preliminar 18/2025 (SEI 2440692)

13.11.3. Modelo de Proposta de Preços (SEI 2440734)

13.11.4. Estimativa de Gastos e Taxa de Administração (SEI 2440818, versão PDF)

13.11.5. Minuta de Termo de Contrato (SEI 2355718)



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE COM FUNDAMENTO NO  
ART. 6º, § 1º, DO [DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015](#) EM  
07/05/2026, ÀS 10:27, CONFORME HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA, POR

OMER POHLMANN FILHO

Superintendente da Superintendência do Rio Grande do Sul

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.inmetro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inmetro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0),

informando o código verificador **2442359** e o código CRC **2A313928**.



Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: NOV/2025



SUPERINTENDENCIA DO INMETRO NO ESTADO DO RS

Termo de Referência 39/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Status

ASSINADO

Editado por

THAIS GODOY GOMES

Atualizado em

04/05/2026 14:29 (v 0.7)

39/2025

183039-SUPERINTENDENCIA DO INMETRO NO ESTADO DO RS

Outras informações

Categoria

V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra

Número da Contratação

0052602.005289 /2025-34

Processo Administrativo

0052602.005289 /2025-34

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de **sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos oficiais e locados da Superintendência do Inmetro no Estado do Rio Grande do Sul**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	<b>Gasolina</b> Abastecimento de veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, com GASOLINA COMUM ou ADITIVADA	Litro	120.000	R\$ 6,76	R\$ 811.200,00
	2	<b>Etanol (álcool combustível)</b> Abastecimento de veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, com ETANOL	Litro	4.000	R\$ 5,30	R\$ 21.200,00
	3	<b>Diesel</b> Abastecimento de veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, com ÓLEO DIESEL e Diesel S-10	Litro	114.000	R\$ 6,75	R\$ 769.500,00
	4	<b>Óleo lubrificante</b> Troca de óleo lubrificante dos veículos oficiais do Inmetro, seja motor a álcool, gasolina, flex ou a diesel	Unidade	350	R\$ 60,00	R\$ 21.000,00
		<b>Filtro de combustível - veículos</b>				

5	Troca de filtros e fluídos (Arla 32 e outros) dos veículos oficiais do Inmetro	Unidade	300	R\$ 60,00	R\$ 18.000,00
6	<b>Lavagem de veículos</b> Lavagem dos veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, seja para lavagens apenas de chassi, bem como interior, com motor, ou mesmo com lubrificação; lavagem total ou parcial	Serviço	1.400	R\$ 100,00	R\$ 140.000,00
<b>Subtotal:</b>					R\$ 1.780.900,00
7	<b>Controle de abastecimento de veículos</b> Taxa de Administração dos serviços de gerenciamento da frota, que inclui despesas com abastecimentos, lavagens, trocas de óleo, filtros, lubrificantes e fluídos, de acordo com o disposto neste Termo de Referência	Serviço	01	1,75%	R\$ 31.165,75

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a regularidade e a continuidade da rotina administrativa do Inmetro-Surrs, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

**Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **2 (dois) anos** contados da **data da assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I - ID PCA no PNCP: 00662270000168-0-000001/2026;

II - Data de publicação no PNCP: 29/04/2025;

III - Id do item no PCA: 66 - 72;

IV - Classe/Grupo: 9130 - COMBUSTÍVEIS E PROPELENTES LÍQUIDOS À BASE DE PETRÓLEO; 9135 - COMBUSTÍVEIS PROPELENTES LÍQUIDOS E OXIDANTES Á BASE QUÍMICA; 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA; 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE; 9140 - ÓLEOS COMBUSTÍVEIS; 2940 - FILTROS DE AR E DE ÓLEO, ELEMENTOS FILTRANTES E PURIFICADO- RES DE MOTORES, EXCETO DE AERONAVES; 9150 - ÓLEOS E GRAXAS PARA CORTE, LUBRIFICAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS;

V - Identificador da Futura Contratação: 183039-51/2026.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Cabe a Contratada, a fiscalização da regularidade da rede de postos credenciados por ela, garantindo que estes cumpram regularmente as normas que incluem: a Lei nº 9.847/1999, que trata da fiscalização das atividades de abastecimento de combustíveis, e a Resolução CONAMA nº 273/2000, que estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos, bem como todas as normativas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

4.1.2. A contratada deverá exigir que a rede de postos credenciados por ela, esteja regular junto aos órgãos ambientais competentes e possuam licenciamento ambiental válido, em conformidade à legislação vigente:

- a) Lei nº 6.938/1981 Política Nacional do Meio Ambiente - Estabelece a necessidade de prevenir e controlar a poluição, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais;
- b) Resolução CONAMA nº 420/2009 - Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, incluindo resíduos perigosos gerados na manutenção de veículos e instalações de armazenamento de combustíveis;
- c) Lei nº 9.605/1998 Lei de Crimes Ambientais - Define infrações ambientais relacionadas ao vazamento de combustíveis, poluição do solo, água e ar, e estabelece penalidades;
- d) Normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) - Regulamentam o armazenamento, transporte e comercialização de combustíveis, incluindo requisitos de segurança e proteção ambiental;
- e) Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), como a NBR 14021, que trata de armazenamento de combustíveis e líquidos inflamáveis.

#### Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

##### 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 02 dias da assinatura do contrato;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO

a) Abrangência Geográfica

1. Os serviços deverão ser prestados no Estado do Rio Grande do Sul, com cobertura mínima de 80% dos municípios
2. Nos municípios onde existem Regionais do Inmetro-Surrs, a citar: Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santo Ângelo, deverão possuir postos credenciados de abastecimento e também na maioria dos municípios de cada microrregião informada.
3. Caso o Contratado não possua posto credenciado nas Áreas Preferenciais das bases onde se exige apenas 1 (um) posto, deverá ser credenciado, preferencialmente, o posto já utilizado pelo Contratante, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos após a assinatura do contrato
4. O Contratado deverá ter postos credenciados nos municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes, devendo manter, no mínimo, a quantidade de postos credenciados de 1 (um)
5. O Contratado deverá manter, no mínimo, um posto credenciado a cada 250 (duzentos e cinquenta) km nas estradas no entorno da capital e das regionais do Inmetro-Surrs elencadas no subitem 2
6. Caso não haja posto credenciado nas localidades previstas, em conformidade com as alternativas acima, o prazo para credenciamento deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da formalização do contrato

#### b) Rede de Postos Credenciados

1. CONTRATADA deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, a relação dos postos de abastecimento de combustíveis, por município/bairros, já credenciados, e que estejam operando com o sistema proposto
2. Os postos credenciados deverão prestar os serviços de abastecimento, no mínimo, de segunda-feira a sábado das 07:00h às 20:00h. Deve haver, na Área Preferencial para Abastecimento, ao menos, 1 (um) posto com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana.
3. O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade do Contratante, deverá ser efetivado pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da solicitação
4. Os postos credenciados para as Unidades que possuam veículos das categorias caminhão, cavalo mecânico e equipamentos automotivos deverão contar em suas instalações com área suficiente para movimentação e manobras necessárias ao abastecimento ou unidade móvel de abastecimento
5. As eventuais alterações ou mudanças dos postos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao Contratante via internet ou pelo sistema instalado pelo Contratado
6. Descredenciamento de postos quando houver caracterização de dolo
7. O Contratado é o único responsável pelo pagamento aos postos credenciados, decorrente do abastecimento de combustível e de demais serviços efetivamente realizados, ficando claro que o Contratante não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.
8. A rede de postos credenciados deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões dos usuários do sistema.

#### c) Sistema de Abastecimento

1. Todos os abastecimentos realizados deverão ser monitorados e catalogados em sistema eletrônico que faça o controle por usuário do sistema e com capacidade de transferência desses dados para arquivos da CONTRATANTE
2. No sistema gerencial de desempenho dos veículos deverá constar alerta quando o desempenho for fora do parâmetro estipulado, em que será emitido um relatório para o Inmetro-Surrs, num prazo de 24 (vinte e quatro) horas
3. O sistema a ser proposto deverá, necessariamente:
  - individualizar o usuário / veículo que realizou o abastecimento (quantidade e o tipo de combustível),
  - detalhamento da data (dd/mm/aa), hora (hh/mm),
  - nome do posto / município,
  - quilometragem do veículo,
  - identificações do veículo (placas / prefixo),
  - preço unitário e total, e
  - ainda o saldo disponível do crédito do cartão
4. O sistema proposto deverá possuir rotina de extração de dados para a CONTRATANTE, que disponibilize informações, em meio eletrônico, que a proponente detenha sobre a frota dos veículos da CONTRATANTE, e esta deve ter a possibilidade de fornecer, a partir de uma determinada data informada pela CONTRATANTE, as informações novas em relação à última extração
5. A CONTRATADA deve preservar todas as informações capturadas, para fins de eventual reenvio e constatação até o término do contrato;
6. Quanto à periodicidade, a extração deverá ser fornecida diariamente, e estar disponível em até 24 (vinte e quatro) horas ao da ocorrência do fato, isto é, os dados de um abastecimento devem estar disponíveis no dia seguinte ao do atendimento na CONTRATANTE.
7. O sistema tecnológico integrado viabilizará o pagamento do abastecimento de combustíveis, bem como dos demais serviços utilizados.
8. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio, o desbloqueio e a troca de senha de forma on line e instantânea
  - Para cada veículo, o sistema deverá permitir um limite de crédito determinado pelo Contratante, não podendo ser ultrapassado sem a autorização por escrito do Contratante.
  - Os abastecimentos e usos de serviços realizados pela rede credenciada, sem a devida cobertura de crédito, serão de total responsabilidade do Contratado
  - O sistema deverá permitir, ainda, para cada veículo, a fixação de limite de preço unitário máximo por combustível, determinado pelo Contratante, o qual não poderá ser ultrapassado sem a expressa autorização do gestor do contrato
9. Nos casos de viagem para outros estados ou mesmo para cidades que não possuam postos credenciados, o sistema deve permitir que os abastecimentos e os usos de serviços realizados sejam registrados manualmente, conforme solução a ser definida e apresentada pelo Contratado

#### d) O software de gestão de abastecimento, os equipamentos periféricos e os cartões do Contratado devem compreender, no mínimo:

1. Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via internet, no momento em que efetuar a operação;
2. Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo, além dos possíveis desvios em relação aos parâmetros definidos pelo Contratante;

3. Os dados (Relatórios Gerenciais) deverão ser capturados individualmente e/ou em lotes, conforme necessidade, por meio eletrônico, através de filtros a serem definidos pelo Inmetro-Surrs, e que possam ser migrados para base de dados - Oracle - (Ex: TXT com colunas);
4. Todos os abastecimentos realizados deverão ser monitorados e catalogados em sistema eletrônico que faça o controle por usuário do sistema e com capacidade de transferência desses dados para arquivos da CONTRATANTE
5. Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos, contendo, no mínimo, as seguintes restrições:
  - Para a frota: preço unitário limite por litro e quantidade mensal de litros
  - Por veículo: tipo de combustível, limite de crédito em reais por transação e em reais por mês
  - Para o posto de combustível: exclusão do cadastro de credenciamento dos postos penalizados com suspensão do cadastro de ICMS junto à Fazenda Estadual.
  - Para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas
  - O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão
  - Para Gestão e viabilidade das informações, o cartão magnético deverá identificar simultaneamente o veículo e uma identificação por condutor através de senha para segurança
  - Os equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a solução tecnológica utilizada pelo Contratado, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para cada base operacional sem qualquer ônus para o Contratante

#### 5.1.2 Cronograma de realização dos serviços:

O Contratado deverá implantar o sistema em todas as bases operacionais do Contratante no prazo máximo estabelecido pelo Contratante, contado a partir da data da assinatura do contrato, conforme cronograma estimativo definido a seguir

Atividades		Prazo máximo (em dias)		
		2	10	15
Cadastramento de veículos, Equipamentos e Usuários no sistema de gestão do Contratado	Assinatura do Contrato	2 dias		
Confecção e fornecimento dos cartões individuais			10 dias	
Fornecimento ao Contratante dos dados cadastrais da rede de postos credenciados			10 dias	
Treinamento dos condutores e gestores das subfrotas				15 dias
Credenciamento dos postos necessários para atendimento à totalidade das bases operacionais				15 dias

#### Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: vide item 5.1.2.1 - Abrangência Geográfica deste Termo de Referência;
- 5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: vide item 5.1.2.1 - Rede de Postos de Abastecimento deste Termo de Referência.

#### Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 5.4.1. Deverá ser disponibilizados ao Inmetro-Surrs INICIALMENTE a quantidade de 50 (cinquenta) cartões referentes a cada veículo da frota atual e mais 02 (dois) cartões coringas que poderão ser utilizados em substituição eventual aos demais em caso de perda ou necessidade de troca de cartões.
- 5.4.2. Os cartões que não forem utilizados em um primeiro momento, ficarão como crédito para serem utilizados ao longo de 12 (doze) meses
- 5.4.3. O fornecimento de cartões é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicionais para o Inmetro-Surrs, inclusive as trocas e substituições;
- 5.4.4. As substituições deverão ser realizadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da comunicação do Inmetro-Surrs
- 5.4.5. As atualizações normais de créditos serão realizadas mensalmente, até o primeiro dia de cada mês
- 5.4.6. Os créditos não serão cumulativos, devendo ser atualizados somente os créditos utilizados
- 5.4.7. Todas as inclusões e exclusões de usuários deverão ser on-line e feitas pelo responsável designado pelo Inmetro-Surrs.

#### Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1 A empresa contratada deverá prestar serviço de sistema informatizado e integrado para gestão da frota de veículos do Inmetro-Surrs, através de cartão magnético e/ou eletrônico, com cobertura no Estado do Rio Grande do Sul, com fornecimento de:

5.5.1.1. Combustíveis automotivos para abastecimento. Trata-se de abastecimento dos veículos oficiais e locados do Inmetro com etanol, óleo diesel comum, S10 e aditivado, gasolina comum e aditivada.

5.5.1.2. Óleo lubrificante e filtros. Trata-se de troca de óleo e filtros em veículos oficiais

5.5.1.2. Fluídos ARLA 32. Trata-se da utilização do fluído Arla 32 em veículos pesados oficiais e locados

5.5.1.3. Lavagem e lubrificação de veículos. Refere-se a lavagem dos veículos, oficiais ou locados, conforme abaixo:

- Veículo de pequeno porte (VW Gol, Renault Kangoo, Ford Fiesta, Peugeot Partner e outros)
  - Lavagem completa sem motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)
  - Lavagem completa com motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)
- Veículo de médio porte (Toyota Hilux, Renault Master, Iveco Daily, Peugeot Expert e outros)
  - Lavagem completa sem motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)
  - Lavagem completa com motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)
- Caminhão de médio porte (VW 8.150, VW 8.160 e outros)
  - Lavagem completa (carroceria, chassi, motor, secagem e limpeza interna)
- Caminhão de grande porte (VW 31280 e outros)
  - Lavagem completa (carroceria, chassi, motor, secagem e limpeza interna)

5.5.1.4. Para a Lubrificação de veículos. Trata-se de lubrificação dos veículos (apenas veículos oficiais, especialmente caminhonetas e caminhões). Obs: Nos caminhões lubrificação geral (caminhão e guindaste)

5.5.2. Quanto aos valores, quantidades e total vide Item 1.1 deste Termo de Referência.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR)], conforme o disposto nesta seção.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
  - 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- a) Atendimento da Rede de Serviços – Peso 0,4; e
  - b) Qualidade Técnica dos Serviços/Desempenho - Peso 0,6.
- 7.4.1. Cada indicador será avaliado mensalmente com Pontuação de 1 a 5, conforme tabela abaixo:

INDICADOR	MUITO SATISFATÓRIO (5 PONTOS)	SATISFATÓRIO (4 PONTOS)	REGULAR (3 PONTOS)	INSATISFATÓRIO (2 PONTOS)	MUITO INSATISFATÓRIO (1 PONTO)	PONTOS	PESO	PONTUAÇÃO
a) Atendimento da Rede de Serviços							0,4	
b) Qualidade Técnica dos Serviços/Desempenho							0,6	
TOTAL							1,0	

7.4.2. Descrição dos indicadores de avaliação mensal

a) Atendimento da Rede de Serviços: serão atribuídos pontos em relação ao atendimento da rede de serviços caso ocorram problemas de responsabilidade da Contratada em relação a abastecimentos e serviços.

FALHAS DE ATENDIMENTO DA REDE	CLASSIFICAÇÃO
0 (zero) não conformidades	Muito Satisfatório
De 01 (uma) até 02 (duas) não conformidades	Satisfatório
03 (três) não conformidades	Regular



04 (quatro) não conformidades	Insatisfatório
05 (cinco) ou mais não conformidades	Muito Insatisfatório

b) Qualidade Técnica dos Serviços/Desempenho: Será avaliado pelo fiscal técnico do contrato e atribuído pontos em relação ao serviço da CONTRATADA, considerando aspectos de comunicação e documentações.

QUALIDADE TÉCNICA DOS SERVIÇOS/DESEMPENHO	CLASSIFICAÇÃO
0 (zero) não conformidades	Muito Satisfatório
De 01 (uma) até 02 (duas) não conformidades	Satisfatório
03 (três) não conformidades	Regular
04 (quatro) não conformidades	Insatisfatório
05 (cinco) ou mais não conformidades	Muito Insatisfatório

7.4.3. Cálculo para pontuação mensal e critério para glosa:

- a) Para cada indicador será calculada a pontuação, multiplicando-se o valor do ponto pelo seu respectivo peso;
- b) Todas as pontuações dos indicadores serão somadas, formando o TOTAL DA PONTUAÇÃO MENSAL DO SERVIÇO, o qual será a base para eventual glosa no faturamento mensal;
- c) O pagamento da fatura será efetuado, considerando o TOTAL DA PONTUAÇÃO MENSAL DO SERVIÇO e o PERCENTUAL DE GLOSA a ser aplicado.

TOTAL DA PONTUAÇÃO MENSAL	PERCENTUAL DE GLOSA (%)
Igual ou acima de 4 (quatro) pontos	0
De 3 (três) pontos até 3,9 (três pontos e 9 décimos)	5
De 2,5 (2 pontos e meio) até 2,9 (2 pontos e nove décimos)	10
Igual ou menor de 2,4 (2 pontos e 4 décimos)	20

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, no primeiro dia útil de cada mês, a Administração irá verificar a execução relativa ao mês anterior para fins de recebimento e autorização do pagamento.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.20. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - o prazo de validade;

II - a data da emissão;

III - os dados do contrato e do órgão contratante;

IV - o período respectivo de execução do contrato;

V - o valor a pagar; e

VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.33. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$ .

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

### Forma de pagamento

7.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Reajuste

7.39. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/12/2025.

7.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

### Cessão de crédito

7.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.47.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.47.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.47.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.48. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5 % (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

#### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.10. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.19. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.20. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.21. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = \_\_\_\_\_

Passivo Circulante

9.22. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses**.

9.23. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.26. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.26.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

9.26.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.26.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.27. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.28. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.29. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



## **Documentação complementar para cooperativas**

9.34. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.34.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.34.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.34.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.34.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.34.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.34.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

934.6.1. ata de fundação;

9.34.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.34.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.34.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.34.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.34.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.34.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, para fins de aplicação do maior desconto e menor taxa de administração, que é o máximo aceitável, é de R\$ 1.812.065,75 (um milhão, oitocentos e doze mil, sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos no **anexo - Planilha de composição de preços / ESTIMATIVA DE GASTOS**.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/unidade: 18205/183039;

II - Fonte de recursos: 1050000233;

III - Programa de trabalho: 221252801214J0001;

IV - Elemento de despesa: 33390.30.01, 33390.30.39, 33390.39.19 e 33390.39.25; e

V - Plano interno: 5382B203009.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

### 13. MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA UTILIZADO

**Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União**

**Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021**

**Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação**

**Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação**

**Atualização: DEZ/2025**

**Link: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrenca>**

**Data da extração: 30/12/2025**

### 14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEYKO KATIUSCIA MIYAKE**

Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 14:29:06.*

**IGOR LUIZ FRAGA DA SILVA**

Assistente Executivo em Metrologia e Qualidade



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 14:06:54.*

## SUPERINTENDENCIA DO INMETRO NO ESTADO DO RS

**Estudo Técnico Preliminar 18/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 52602005289/2025-34

**2. Descrição da necessidade****2.1 Introdução**

Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade a fundamentação técnica para a contratação Contratação de prestação de serviços de sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos (oficiais e locados) da Superintendência do Inmetro no Rio Grande do Sul (Inmetro-Surrs).

**2.2 Justificativa**

O escopo de atuação desta Superintendência envolve a metrologia legal e a avaliação da conformidade de produtos. Para que sejam realizadas estas atividades, consideradas estratégicas, o Inmetro-Surrs utilizará uma frota para 2026 que passará de 50 para 57 veículos.

As equipes de trabalho do Inmetro-Surrs atuam em todo o estado do Rio Grande do Sul e os veículos necessitam de abastecimentos de combustíveis e alguns serviços em diversas cidades do estado.

O contrato atual nº 2/2022 não atende o aumento considerável da frota de veículos, e ocorre a necessidade de nova contratação para atendimento da demanda do Inmetro-Surrs.

Desta maneira, para que haja maior eficiência nos processos e controles dos abastecimentos e de serviços e também facilidade no pagamento, torna-se necessária a Contratação de prestação de serviços de sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos (oficiais e locados) do Inmetro-Surrs.

Esta contratação está prevista no Plano Anual de Contratações - PAC 2026, alinhada ao planejamento da Administração.

Neste estudo serão levantadas as informações necessárias para subsidiar o Termo de Referência e/ou projeto básico desta contratação.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Suadm	Igor Luiz Fraga da Silva

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1 Especificação do Objeto

Os serviços serão administrados por empresa especializada em gestão e administração de frota automotiva e serão executados nas instalações de empresas pertencentes a rede credenciada de serviços, não cabendo assim, a alocação de efetivo da contratada nas dependências desta Superintendência, tampouco a contratação de mão-de-obra por dedicação exclusiva.

Os serviços a serem contratados são continuados, já que a prestação deve ser ininterrupta, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, com vistas a garantir a regularidade e a continuidade da rotina administrativa do Inmetro-Surrs..

A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do artigo, 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

O prazo de vigência do contrato será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

A empresa contratada deverá prestar serviço de sistema informatizado e integrado para gestão da frota de veículos do Inmetro-Surrs, através de cartão magnético e/ou eletrônico, com cobertura no Estado do Rio Grande do Sul, com fornecimento de:

1. Combustíveis automotivos para abastecimento. Trata-se de abastecimento dos veículos oficiais e locados do Inmetro com etanol, óleo diesel comum, S10 e aditivado, gasolina comum e aditivada.
2. Óleo lubrificante e filtros. Trata-se de troca de óleo e filtros em veículos oficiais.
3. Fluidos ARLA 32. Trata-se da utilização do fluido Arla 32 em veículos pesados oficiais e locados
4. Lavagem e lubrificação de veículos. Refere-se a lavagem dos veículos, oficiais ou locados, conforme abaixo:
  - Veículo de pequeno porte (VW Gol, Renault Kangoo, Ford Fiesta, Peugeot Partner e outros)
    - Lavagem completa sem motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)
    - Lavagem completa com motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)
  - Veículo de médio porte (Toyota Hilux, Renault Master, Iveco Daily, Peugeot Expert e outros)
    - Lavagem completa sem motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)
    - Lavagem completa com motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)
  - Caminhão de médio porte (VW 8.150, VW 8.160 e outros)
    - Lavagem completa (carroceria, chassi, motor, secagem e limpeza interna)
  - Caminhão de grande porte (VW 31280 e outros)
    - Lavagem completa (carroceria, chassi, motor, secagem e limpeza interna)
5. Para a Lubrificação de veículos. Trata-se de lubrificação dos veículos (apenas veículos oficiais, especialmente caminhonetes e caminhões). Obs: Nos caminhões lubrificação geral (caminhão e guindaste)

### 4.2 Os valores a serem efetivamente pagos deverão ser limitados a:

#### a) Para os combustíveis:

- valor do preço da bomba para venda à vista, aplicado o desconto proposto pela CONTRATADA no certame;

#### b) Para os serviços de manutenção (troca de filtros e óleos, lavagens e lubrificações) e aquisição de fluido (Arla 32):

- serão os praticados no mercado por ocasião da demanda, aplicados os descontos propostos pela CONTRATADA no certame. O valor de mercado será considerado no intervalo dos menores preços praticados pelas empresas, que compõem a rede credenciada da Administradora, localizadas nos municípios-sedes das Unidades Inmetro-Surrs, ou para o município em que se encontre o veículo, no caso de deslocamento para fora da sede;

**c) Para a Administradora:**

- a taxa percentual estabelecida no certame licitatório, pelos serviços prestados de gerenciamento informatizado da frota, que inclui abastecimento e manutenção dos veículos e dos serviços, conforme incisos a) e b) acima, após a incidência dos descontos legais cabíveis (INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012). Serão admitidas taxas percentuais menores do que 0 % (zero por cento), desde que comprovada exequibilidade.

d) Somente serão pagos os itens efetivamente utilizados, as quantidades previstas são estimadas.

e) Os serviços deverão ser prestados no Estado do Rio Grande do Sul, com cobertura mínima de 80% dos municípios.

- As equipes do Inmetro-Surrs atuam em todo o Estado do Rio Grande do Sul, sendo imprescindível a disponibilidade de abastecimento e prestação de serviços em diversas localidades.

- No ano de 2025, as equipes da área de fiscalização de instrumentos — uma das frentes de atuação do Inmetro-Surrs — realizaram atividades em aproximadamente 93% dos municípios do Estado, apenas no âmbito da verificação de bombas de combustíveis, conforme relatórios administrativos. Para o ano de 2026, há planejamento de atuação em 100% dos municípios.

f) Nos municípios onde existem Regionais do Inmetro-Surrs, a citar: Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santo Ângelo, deverão possuir postos credenciados de abastecimento e também na maioria dos municípios de cada microrregião informada.

**4.3 A CONTRATADA deverá apresentar no momento da assinatura do contrato:**

a) Relação dos postos de abastecimento de combustíveis, por município/bairros, já credenciados, e que estejam operando com o sistema proposto;

b) Declaração de que o sistema proposto possibilita a personalização do usuário do abastecimento, trabalhando com sistema de senhas (inclusão, exclusão, bloqueio, desbloqueio) de forma a garantir a segurança nas operações de abastecimento, inclusive com central de atendimento;

c) Declaração de que o sistema proposto é capaz de lançar créditos e débitos no cartão de controle do usuário no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

d) Metodologia de atendimento e soluções de problemas para atendimentos gerais do sistema de gerenciamento, tais como:

- Credenciamento de postos solicitados pelo Inmetro-Surrs;
- Descredenciamento de postos quando houver caracterização de dolo;
- Instruções de uso dos cartões, a serem distribuídas para os usuários.

**4.4 Descrição dos Serviços**

a) Os dados (Relatórios Gerenciais) deverão ser capturados individualmente e/ou em lotes, conforme necessidade, por meio eletrônico, através de filtros a serem definidos pelo Inmetro-Surrs, e que possam ser migrados para base de dados - Oracle - (Ex: TXT com colunas);

b) Todos os abastecimentos realizados deverão ser monitorados e catalogados em sistema eletrônico que faça o controle por usuário do sistema e com capacidade de transferência desses dados para arquivos da CONTRATANTE;

c) No sistema gerencial de desempenho dos veículos deverá constar alerta quando o desempenho for fora do parâmetro estipulado, em que será emitido um relatório para o Inmetro-Surrs, num prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

d) O sistema a ser proposto deverá, necessariamente, individualizar o usuário / veículo que realizou o abastecimento (quantidade e o tipo de combustível), detalhamento da data (dd/mm/aa), hora (hh/mm), nome do posto / município, quilometragem do veículo, identificações do veículo (placas / prefixo), preço unitário e total, e ainda o saldo disponível do crédito do cartão;

e) O sistema proposto deverá possuir rotina de extração de dados para a CONTRATANTE, que disponibilize informações, em meio eletrônico, que a proponente detenha sobre a frota dos veículos da CONTRATANTE, e esta deve ter a possibilidade de fornecer, a partir de uma determinada data informada pela CONTRATANTE, as informações novas em relação à última extração;

f) A CONTRATADA deve preservar todas as informações capturadas, para fins de eventual reenvio e constatação até o término do contrato;

g) Quanto à periodicidade, a extração deverá ser fornecida diariamente, e estar disponível em até 24 (vinte e quatro) horas ao da ocorrência do fato, isto é, os dados de um abastecimento devem estar disponíveis no dia seguinte ao do atendimento na CONTRATANTE.

#### **4.5 Dos Cartões**

a) Para Gestão e viabilidade das informações, o cartão magnético deverá identificar simultaneamente o veículo e uma identificação por condutor através de senha para segurança.

b) Deverá ser disponibilizados ao Inmetro-Surrs INICIALMENTE a quantidade de 50 (cinquenta) cartões referentes a cada veículo da frota atual e mais 02 (dois) cartões coringas que poderão ser utilizados em substituição eventual aos demais em caso de perda ou necessidade de troca de cartões. Os cartões que não forem utilizados em um primeiro momento, ficarão como crédito para serem utilizados ao longo de 12 (doze) meses.

c) O fornecimento de cartões é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicionais para o Inmetro-Surrs, inclusive as trocas e substituições;

d) As substituições deverão ser realizadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da comunicação do Inmetro-Surrs;

e) As atualizações normais de créditos serão realizadas mensalmente, até o primeiro dia de cada mês;

f) Os créditos não serão cumulativos, devendo ser atualizados somente os créditos utilizados;

g) Todas as inclusões e exclusões de usuários deverão ser on-line e feitas pelo responsável designado pelo Inmetro-Surrs.

#### **4.6 Do controle e segurança do sistema**

a) O uso do cartão, para qualquer operação, somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário;

b) Bloqueio do uso do cartão de veículo/usuário deverá ser feito diretamente à CONTRATADA pelo fiscal do contrato do Inmetro-Surrs ou responsáveis indicados pelo mesmo;

c) Deverá ser possível a troca periódica ou a validação de senha pessoal;

d) O sistema deve permitir definição de parâmetros/perfis de usuários e limites de gastos (total, por valor unitário de combustível) para utilização dos cartões;

e) O cancelamento do cartão somente poderá ser feito pela CONTRATANTE e CONTRATADA a pedido do fiscal do contrato;

f) Se for constatado o uso indevido do cartão do veículo/usuário não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo Inmetro-Surrs, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA.

g) No momento do cancelamento de qualquer cartão o sistema deverá emitir imediatamente um relatório mencionando a data e hora do cancelamento, ou se for acessado o banco de dados poderá ser identificado o status dos cartões (cancelado/inativo).

h) O sistema deverá possibilitar a emissão de recibo impresso contendo os dados do abastecimento efetuado (local, hora, quantidade e tipo de combustível, valor).

#### **4.7 Modalidade e Critério de Julgamento das Propostas**

Considerando o enquadramento disposto no item 4.1 e de modo a cumprir as determinações da Lei n.º 14.133, de 2021, e da IN SEGES/ME n.º 73, de 30 de setembro de 2022, o processo licitatório deve ser realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço.

A opção pelo critério de menor preço visa garantir a realização do pregão em grupo único, tendo em vista que, por impossibilidade técnica do sistema, não é possível a adoção de critérios diferentes para itens de um mesmo grupo. Com o intuito de superar tal limitação, e pela natureza dos serviços de manutenção e abastecimento, que apresentam preços extremamente voláteis e sujeitos a reajustes esporádicos, fatores econômicos ou sazonais ou outros efeitos de mercado, sugere-se a adoção do critério de julgamento pelo menor preço, que, para fins de execução contratual, deverá ser convertido em desconto sobre o valor total estimado pelo Inmetro-Surrs no caso dos itens:

- Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento, respectivo horário de registro e valor. A vencedora será aquela que ofertar o menor valor do LOTE ÚNICO, composto por sete itens.
- O cadastramento da proposta e os lances dar-se-ão da seguinte forma:

ITEM	Descrição do Item	Unidade de medida	Quantidade Estimada (A)	Valor Estimado Unitário (B)	Custo Total estimado (C=AxB)	Desconto % (D)	Custo Total com Desconto ((100-D)x C /100)
1	Gasolina	Litros	120000	R\$ 6,76	R\$ 811.200,00	Conforme disputa	R\$
2	Etanol	Litros	4000	R\$ 5,30	R\$ 21.200,00		R\$
3	Óleo Diesel	Litros	114000	R\$ 6,75	R\$ 769.500,00		R\$
4	Óleos Lubrificantes	Litros	350	R\$ 60,00	R\$ 21.000,00		R\$
5	Filtros e Fluídos	Unidade	300	R\$ 60,00	R\$ 18.000,00		R\$
6	Lavagens e Lubrificações	Serviço	1400	R\$ 100,00	R\$ 140.000,00		R\$
(A) Subtotal estimado					R\$ 1.780.900,00		
ITEM	Descrição do Item	Unidade de medida	Quantidade de veículos	% Percentual mínimo aceitável	Subtotal (A)	(B) Valor estimado Total	
7	Taxa de administração	Veículos Ativos	57	1,75%	R\$ 1.780.900,00	R\$ 31.165,75	

- Metodologia dos Lances -
  - Itens 1 a 6 - **Maior Desconto** - Os lances dar-se-ão através do **maior desconto** sobre os preços de referência
  - Item 7 - **Menor Valor Total** - obtido através do preenchimento do Anexo - Estimativa de Gastos e Taxa de Administração
- A combinação do menor valor (item 7) com a maior desconto (itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06) definirá o menor valor do LOTE.
- Para o Item 7 - Taxa de Administração, será admitido um valor máximo de 1,7500% (um vírgula setenta e cinco por cento) **disputável até a quarta casa decimal** - exemplo: 0,5000%, 0,6500%, 0,9801%, 1,5025%.
- Para o item 7, serão admitidas taxas percentuais menores do que 0,0000 % (zero por cento).
- O valor percentual da taxa de desconto não poderá ser menor que 0,00% (zero por cento) e será disputável até a segunda casa decimal - exemplo: 0,05%, 0,10%, 1,00%.
- O valor da taxa de desconto será único para os itens 1 a 6.
- O valor da proposta inclui todos os insumos necessários para a execução do contrato, inclusive valores decorrentes dos impostos, seguros e encargos sociais.
- Os dados anuais de gastos com a administração e gerenciamento da frota com fornecimento de combustíveis têm caráter meramente estimativo e não geram qualquer obrigação para o CONTRATANTE.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1 Atualmente a frota de veículos da Superintendência do Inmetro no Rio Grande do Sul e regionais é composta por 57 (cinquenta e sete) veículos.

5.2. Há necessidade de que se proceda uma contratação que vislumbre não apenas o atendimento das demandas de abastecimento existentes, mas também, que propicie o atendimento célere, em ampla rede credenciada, considerando que há órgãos nessa contratação, cuja atividade de fiscalização é primordial e se fazem necessários deslocamentos em diversos municípios dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

5.3. Destarte a importância do serviço para garantir o cumprimento de sua missão institucional, há que se considerar ainda, a viabilidade de acompanhamento e controle eficaz, de forma eletrônica, através de relatórios (em sistema informatizado) com acesso a dados financeiros, às notas fiscais, bem como às intercorrências que possam surgir durante o processo e que necessitem de ação corretiva por parte da Gestão Pública.

5.4. Existem no mercado inúmeras empresas que prestam serviços de fornecimento de combustíveis por administração, gerenciamento e controle através de cartão eletrônico ou cartão magnético. Inclusive, grande parte destas empresas possuem uma gama de diversificação de serviços tais como: o gerenciamento de frotas, fornecimento de combustíveis e os serviços de lavagem, lubrificação e manutenção preventiva e corretiva de veículos.

5.5. O modelo de contratação de empresa especializada no gerenciamento de rede credenciada para abastecimento de veículo, atendendo à demanda da Administração onde a necessidade ocorrer, é o modelo mais eficaz e transparente, pois neste modelo de contrato, determinada empresa gerencia para terceiros o serviço de abastecimento veicular mediante cartões personalizados com senhas individuais, que podem ser utilizados em qualquer posto da rede credenciada.

Ao final de cada período mensal ou outro devidamente estipulado em contrato, a contratada expedirá o faturamento dos abastecimentos realizados. A Administração pagará à gerenciadora, não integrando o contrato administrativo às obrigações desta com os postos de combustíveis, que serão remunerados com base na relação de direito privado firmada com a empresa de gerenciamento, ou seja, a contratada é a única responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados pelo valor efetivamente consumido, e a contratante não responde em qualquer hipótese, nem solidariamente nem subsidiariamente por esse pagamento.

Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, o gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis para abastecimento de sua frota. A rede credenciada de postos de abastecimento não se limita apenas a localidade da sede da contratante, mas poderá atender demandas de âmbito estadual. Na prática, o agente público autorizado efetua o abastecimento de veículo em qualquer dos postos credenciados pela empresa gerenciadora, por meio da utilização de um cartão magnético, obrigando-se esta última a disponibilizar os acessos aos relatórios gerados via site ou sistema próprio informatizado, concernente às operações de abastecimento efetuadas.

O mercado de potenciais prestadores de serviços continuados de gerenciamento, administração e controle de abastecimento, com fornecimento de combustíveis, para a frota de veículos oficiais é considerando competitivo, com várias empresas atuando no segmento.

Evidencie-se que buscamos apenas o serviço de gerenciamento de fornecimento de combustíveis, lavagem e lubrificação, visto que já possuímos um contrato específico para prestação de serviços de manutenção de veículos.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. Em pesquisas junto ao site Comprasgovernamentais, verificou-se que há uma predominância de contratações para este objeto pelo critério de maior desconto sobre o preço dos serviços ou maior desconto sobre a taxa de administração (ou ambos).



6.2. Nesta contratação, serão considerados os valores referenciais dos combustíveis de acordo com a ANP, sendo que será considerada contratada a empresa que ofertar o menor valor global mediante a conjugação do maior percentual de desconto para os combustíveis e menor taxa de administração.

Em análise às contratações realizadas, verificamos a existência das seguintes possibilidades:

1. Contratação de empresa para fornecimento direto de combustível (posto de combustível)
2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, sem dedicação de mão de obra exclusiva, com intermediação e gerenciamento informatizado, utilizando a tecnologia de cartão eletrônico ou micro-processado, para o fornecimento de combustíveis em rede credenciada.

6.2. Face às considerações abordadas no Levantamento de Mercado, a solução proposta é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle para fornecimento de combustíveis, mediante a utilização de sistema informatizado e de recursos tecnológicos, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, com emissão de cartões magnéticos parametrizados, para atender a frota automotiva do Inmetro-surrs.

Esta solução está de acordo com as necessidades institucionais e baseada em modelo amplamente utilizado pelos órgãos públicos do governo federal, pois confere a diversidade e a capilaridade suficiente para o atendimento da demanda por disponibilização de uma rede de estabelecimentos credenciados para abastecimento dos veículos oficiais. O gerenciamento e controle de todas as operações efetuadas serão mais eficazes por meio de rede credenciada, garantindo maior transparência. O sistema também proporciona ao gestor do contrato maior agilidade nas cotações junto às empresas da rede credenciada. O sistema informatizado, propiciará também o completo gerenciamento da situação de cada veículo quanto ao seu consumo.

6.3 A contratada deverá oferecer os recursos e meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção dos abastecimentos, além de assegurar que todo combustível registrado pela bomba seja efetivamente abastecido no veículo indicado; não sejam abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota da Instituição; os veículos cadastrados só sejam abastecidos com combustível para o qual está autorizado.

A rede credenciada de abastecimento deve garantir a disponibilidade e ampla cobertura de atendimento, sem que seja necessária utilização de outros meios para suprir as necessidades durante seus deslocamentos.

6.4. Além disso, considerando o princípio da economicidade e a natureza da contratação (serviços) a contratação de empresa de gerenciamento do fornecimento de combustíveis permite que sua duração ultrapasse o exercício financeiro, podendo atingir o limite de 10 (dez) anos, desde que comprovada a vantagem econômica das possíveis prorrogações afastando, com isso, a necessidade de realizar-se licitação a cada exercício financeiro para a aquisição de combustíveis, segundo a regra do art. 107, caput, da Lei nº 14.133/2021.

6.5. Aspectos relacionados à eficiência e economicidade, dentre os quais cita-se:

1. O procedimento permite que o agente público autorizado, efetue o abastecimento do veículo em quaisquer dos postos credenciados pela empresa vencedora da licitação, utilizando um cartão magnético.
2. A empresa contratada, por sua vez, deve disponibilizar o acesso a todas as operações de consumo, via relatórios, de preço praticado e a identificação do posto que forneceu o produto.
3. Assim, caso haja falta de combustível em um fornecedor, pode-se resguardar a continuidade do abastecimento em outro posto/estabelecimento.. De forma que os órgãos públicos não fiquem mais restritos a um único fornecedor, podendo suprir a necessidade onde e quando ela surgir, incluindo-se principalmente nos casos de deslocamentos a municípios do interior do Estado, evitando assim impropriedades e possíveis excessos.
4. Maior controle dos abastecimentos realizados, tendo em vista o sistema de cartões magnéticos, que acaba por diminuir a ocorrência de fraudes. Além disso, os postos credenciados acirraram a disputa por oferecer menores preços à Administração Pública, contemplando os Princípios da Eficiência.

6.6. A proposição de contratar uma empresa que ofereça o serviço de gerenciamento de abastecimento de combustíveis, em que a empresa contratada possui uma rede credenciada de postos para efetuar o abastecimento, tem amparo legal no Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, visto que a referida atividade tem caráter acessório ao funcionamento do órgão.

6.7. Os benefícios pretendidos na contratação de empresa de gerenciamento de fornecimento de combustíveis incluem:

1. Flexibilidade do sistema de abastecimento.
2. Evolução dos controles, veracidade das informações e redução do tempo de compilação e análise dos dados.
3. Gerenciamento de aquisição de combustíveis por empresa especializada em gestão, o que pode propiciar ganho de eficiência.
4. Padronização dos serviços prestados.
5. Atendimento tempestivo das demandas, em especial quando da necessidade de deslocamentos dos veículos pelo território do estado.
6. Evitar a delimitação de localização dos postos de combustíveis que possam atender a frota, uma vez que a maior abrangência de postos possibilita a aquisição de combustíveis inclusive em cidades do interior ao realizar fiscalizações.
7. Segurança por meio de senha eletrônica.
8. Maior controle de pagamento e facilitação da fiscalização do contrato.
9. Sistema centralizado em uma só empresa gerenciadora, possibilitando que pequenos estabelecimentos, inclusive em cidades do interior, possam credenciar-se junto a empresa gerenciadora contratada pela Administração, o que lhes ensejará prestar serviços cujo acesso era antes inviável
10. Redução de despesas administrativas relativas à frota (coleta de dados, digitação, controles gerais, espaço físico, pessoal)
11. Possibilidade de prorrogação do contrato, por ser um serviço continuado.

6.8 A qualidade dos combustíveis fornecidos pelos postos de revenda é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, ficando a seu encargo o controle e a fiscalização seguindo as exigências legais e as especificações técnicas da Agência Nacional de Petróleo — ANP.

6.9 A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto desta especificação, bem como a respeito da qualidade dos combustíveis, casos em que a contratada deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade e a procedência dos combustíveis.

6.10. A solicitação de abastecimento deverá ocorrer por meio de cartão magnético, autorizado por senha,

6.11. Os combustíveis deverão ser fornecidos de forma parcelada e contínua, de acordo com a previsão anual da contratante.

6.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo estimado da contratação para atendimento das necessidades, foram estimados com base no consumo da contratação vigente, e considerando o aumento da frota de 50 veículos para 57 veículos a partir de 2026 (ANEXO I):

	Descrição	Quantidade	Unidade
Item 1:	Gasolina	120.000	Litros

- Abastecimento de veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, com GASOLINA COMUM ou ADITIVADA

	Descrição	Quantidade	Unidade	•
--	-----------	------------	---------	---

Item 2:	Etanol	4.000	Litros
---------	--------	-------	--------

- Abastecimento de veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, com ETANOL.

	Descrição	Quantidade	Unidade
Item 3:	Diesel	114.000	Litros

- Abastecimento de veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, com ÓLEO DIESEL e Diesel S-10.

	Descrição	Quantidade	Unidade
Item 4:	Óleo Lubrificante	350	Unidade

- Troca de óleo lubrificante dos veículos oficiais do Inmetro, seja motor a álcool, gasolina, flex ou a diesel.

	Descrição	Quantidade	Unidade
Item 5:	Filtro e Fluídos	300	Unidade

- Troca de filtros e fluídos (Arla 32 e outros) dos veículos oficiais do Inmetro.

	Descrição	Quantidade	Unidade
Item 6:	Lavagem e Lubrificações	1.400	Unidade

- Lavagem dos veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, seja para lavagens apenas de chassi, bem como interior, com motor, ou mesmo com lubrificação; lavagem total ou parcial.

	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
Item 7:	Taxa de Administração	1	Unidade	Definido na proposta	Definido na proposta

- Taxa de Administração dos serviços de gerenciamento da frota, que inclui despesas com abastecimentos, lavagens, trocas de óleo, filtros, lubrificantes e fluídos, de acordo com o disposto no Termo de Referência.

7.2. A estimativa para a nova contratação está discriminada por tipo de combustíveis e serviços, e seus respectivos quantitativos **considerando a vigência para 24 meses**. Os valores dos combustíveis foram estimados conforme a planilha da ANP (Anexo 01) e um índice de correção de 10% sobre esses valores, considerando a possibilidade de aumento de preços dos itens.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.812.065,75

### 8.1 Fundamentação legal

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em observância ao disposto no **art. 18, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, bem como em conformidade com a **Instrução Normativa SEGES nº 65, de 07 de julho de 2021**, que disciplina os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

### 8.2 Metodologia adotada

Em atendimento aos **incisos I e II do art. 5º da IN SEGES nº 65/2021**, considerados prioritários, a pesquisa de preços foi realizada por meio de consulta aos códigos do **CATMAT** e **CATSER**, compatíveis com o objeto da contratação, a saber:

- CATMAT 461506 – Gasolina comum;
- CATMAT 486024 – Alcool combustível (etanol);
- CATMAT 477915 – Óleo diesel automotivo;
- CATMAT 627836 – Óleo lubrificante automotivo;
- CATMAT 231069 – Filtro de combustível;
- CATSER 13544 – Lavagem de veículo automotivo;
- CATSER 25372 – Controle de abastecimento de veículos.

Registra-se que os dados constantes do SEI nº 2319638 não foram utilizados, tendo em vista que se referem a valores finais calculados a partir de referências distintas, associadas a estimativas e necessidades específicas de outros órgãos, o que compromete a comparabilidade e a adequação desses valores ao objeto em planejamento.

### 8.3 Metodologias não utilizadas

Não foi adotada a metodologia prevista no **inciso III do art. 5º da IN SEGES nº 65/2021**, referente à utilização de preços obtidos em mídias especializadas ou sítios eletrônicos de domínio amplo, uma vez que a formação do preço depende de parâmetros técnicos e comerciais específicos do certame, não passíveis de adequada mensuração por tais fontes.

Da mesma forma, a metodologia prevista no **inciso V do art. 5º da IN SEGES nº 65/2021**, relativa à base nacional de notas fiscais eletrônicas, não foi utilizada, em razão da inexistência, até o momento, de funcionalidade específica no sistema Comprasgov que permita a utilização dessa base como origem válida para pesquisa de preços.

### 8.4 Pesquisa direta junto a fornecedores

Em conformidade com o **inciso IV do art. 5º da IN SEGES nº 65/2021**, foram encaminhadas solicitações formais de propostas de preços a **sete empresas atuantes no segmento**, com o objetivo de subsidiar a estimativa do valor da contratação.

Dessas solicitações, **quatro empresas apresentaram retorno**, conforme documentos registrados nos SEI nº 2316712, 2316720, 2316749 e 2319605. As empresas informaram que o percentual de desconto aplicável será definido no momento da licitação, não sendo possível sua mensuração prévia na fase de planejamento. As demais empresas consultadas não apresentaram resposta, conforme SEI nº 2319612.

### 8.5 Tratamento estatístico

A taxa de administração referente ao item **controle de abastecimento de veículos** foi apurada a partir das propostas recebidas, observando-se os seguintes parâmetros:

- **Taxa média:** 1,75%;
- **Mediana:** 2,00%.

Considerando os princípios da **razoabilidade e da economicidade**, adotou-se como referência a **taxa média de 1,75%**, por representar valor compatível com os dados efetivamente obtidos na pesquisa.

## 8.6 Valor estimado da contratação

Com base nos quantitativos estimados e nos valores unitários apurados, o **subtotal estimado** dos itens referentes a combustíveis, lubrificantes, filtros e serviços de lavagem de veículos corresponde ao montante de **R\$ 1.780.900,00**.

Para o item **controle de abastecimento de veículos**, considerando-se a taxa média de administração de **1,75%**, obteve-se o valor estimado de **R\$ 31.165,75**.

Dessa forma, o **valor total estimado da contratação** perfaz o montante de **R\$ 1.812.065,75 (um milhão, oitocentos e doze mil, sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos)**.

## 8.7 Enquadramento quanto à exclusividade para ME/EPP

Registra-se que não se aplica a exclusividade de contratação prevista para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do **art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006**, uma vez que não houve a participação de, no mínimo, três empresas enquadradas nessas condições, sediadas local ou regionalmente e aptas a atender às exigências do instrumento convocatório.

## 8.8 Conclusão

À vista do exposto, conclui-se que a estimativa do valor da contratação foi elaborada de forma **planejada, motivada e compatível com o mercado**, em consonância com a **Lei nº 14.133/2021**, a **IN SEGES nº 65/2021** e a jurisprudência do **Tribunal de Contas da União**, podendo o valor estimado ser adotado como referência para o prosseguimento do certame.

# 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. A contratação dos serviços em lote único, sem parcelamento do seu objeto, é a que melhor atende os interesses e necessidades da Administração pelos motivos a seguir:

9.2.1. O objeto do certame é a prestação de serviços de sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos (oficiais e locados) do Inmetro-Surrs. Os itens serão agrupados em lote único, por guardarem óbvia similaridade;

9.2.2. Quanto maior o valor do contrato, mais se torna atraente para as empresas do segmento;

9.2.3. Não haverá a necessidade de gerir mais de um contrato, havendo economia nos procedimentos da fiscalização de contratos, pois os controles serão exercidos somente sobre uma empresa;

9.2.4.. Redução de recursos financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos;

9.2.5. Redução de recursos humanos, visto que tanto a equipe que processará a licitação, como a assessoria jurídica e a equipe de fiscalização, concentrarão suas ações em um único procedimento de contratação; e

9.2.6. Não haverá qualquer prejuízo para os potenciais licitantes, pois o volume de negócios será atraente para que muitas empresas do mercado possam participar.

9.3. Desta maneira, o objeto que se pretende licitar não deve ser parcelado pois:

9.3.1. A despeito de ser viável tecnicamente, o parcelamento não é viável economicamente e traz prejuízo para o conjunto da solução, pois cria a possibilidade de que o Inmetro-Surrs fique sem os serviços em algumas regiões do estado do Rio Grande do Sul;

9.3.2. Entende-se que haverá ganho de escala com a contratação de uma única empresa, pois que o valor estimado do contrato será significativo;

9.3.4.. Não haverá melhor aproveitamento do mercado ou ampliação da competitividade com o parcelamento, antes pelo contrário,

o mercado tende a se afastar de contratações de valores muito baixos, como seria o caso de uma eventual licitação exclusiva para cada item.

9.4. Neste caso específico a contratação em um único grupo é aconselhável, pois um serviço prestado por um único contratado, proporcionará uma gestão centralizada do contrato, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido, tendo em vista que os itens são interdependentes, observando-se o princípio da eficiência - art. 37, caput, Constituição Federal.

9.5. Assim busca-se sempre uma solução mais vantajosa para a Administração, tomando medidas para evitar comprometimento do resultado, considerando que o objetivo máximo da contratação é o atendimento de uma necessidade da administração da forma mais eficiente.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Contratos de locação de veículos:

- 4/2022 - Contratada: CS Brasil.
- 6/2022 - Contratada: Ribal ( Nova Licitação processo SEI: xxx).

10.2 Contratos de auxiliares metrológicos:

- 7/2022 - Contratada: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **00662270000168-0-000001/2026**

II) Data de publicação no PNCP: **29/04/2025;**

III) Id do item no PCA: **66, 67, 68, 69, 70, 71 e 72**

IV) Classe/Grupo:

- 9130 - Combustíveis e Propelentes Líquidos à Base de Petróleo;
- 9135 - Combustíveis Propelentes Líquidos e Oxidantes à Base Química;
- 853 - Serviços de Limpeza;
- 859 - Outros Serviço de Suporte;
- 9140 - Óleos Combustíveis;
- 2940 - Filtros de Ar e de óleo, Elementos Filtrantes e Purificado- Res de motores, exceto de aeronaves;
- 9150 - Óleos e Graxas para Corte, Lubrificação e Sistemas Hidráulicos

V) Identificador da Futura Contratação: **183039-51/2026**

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

1. Redução de custos operacionais e administrativos (menos tempo gasto em requisições, aprovações, controle manual);
2. Maior eficiência e transparência no uso de recursos públicos;
3. Melhoria no controle e prevenção de perdas e desvios;
4. Previsibilidade orçamentária e facilidade de auditoria;
5. Melhor desempenho logístico da frota;
6. Grau de disponibilidade do sistema elevado e padronização do serviço;
7. Melhor monitoramento ambiental e práticas sustentáveis (destino adequado de resíduos, filtros, lubrificantes usados).

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Em análise ao objeto da contratação e às condições já estabelecidas no planejamento, **não há providências adicionais a serem adotadas** além daquelas inerentes às etapas ordinárias do processo de contratação pública, as quais serão conduzidas em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de serviços de fornecimento de combustíveis, mesmo quando gerenciada por empresas especializada, por gerenciamento informatizado, apresenta diversos riscos ambientais que podem impactar o solo, a água, o ar e a saúde pública. É fundamental compreender esses riscos para implementar ações preventivas e corretivas eficazes. Em observância ao art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que determina a consideração da sustentabilidade ambiental no planejamento das contratações públicas, e ao disposto no Parecer AGU nº 01/2021/CNS/CGU/AGU, que orienta a adoção de critérios de sustentabilidade salvo justificativa fundamentada, este ETP reconhece a necessidade de mitigar os impactos ambientais decorrentes da contratação.

14.2. Ressalte-se que cabe a empresa contratada, a fiscalização da regularidade da rede de postos credenciados por ela, garantindo que estes cumpram regularmente as normas que incluem: a Lei nº 9.847/1999, que trata da fiscalização das atividades de abastecimento de combustíveis, e a Resolução CONAMA nº 273/2000, que estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos, bem como todas as normativas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

14.3. Entre os principais riscos ambientais associados, destacam-se:

1. Risco de Vazamentos e Contaminações do Solo e Água: Vazamentos durante o armazenamento, transporte ou abastecimento podem liberar combustíveis ou derivados, contaminando o solo e as águas subterrâneas e superficiais. Essa contaminação pode afetar ecossistemas, a saúde humana e gerar altos custos de remediação.
2. Emissões Atmosféricas A queima de combustíveis fósseis e vazamentos de vapores durante o abastecimento podem liberar poluentes atmosféricos, como óxidos de nitrogênio (NOx), dióxido de carbono (CO), compostos orgânicos voláteis (COVs) e partículas, contribuindo para a poluição do ar, mudanças climáticas e problemas de saúde pública.
3. Resíduos Perigosos Embalagens vazias, filtros, resíduos de manutenção e materiais contaminados podem gerar resíduos perigosos que, se não manejados adequadamente, contaminam o solo e a água.
4. Riscos de Acidentes Vazamentos, incêndios ou explosões durante o transporte, armazenamento ou abastecimento representam riscos ambientais e à segurança, podendo causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

14.4. Medidas mitigadoras previstas:

1. Uso de sistemas de monitoramento em tempo real.
2. Capacitação dos operadores.
3. Adoção de tecnologias de transporte seguras.
4. Gestão adequada de resíduos.
5. Uso de fontes de energia renovável nos sistemas.
6. Elaboração de planos de contingência.
7. Conformidade com normas ambientais e certificações.

14.5. Cabe ainda, esclarecer que a contratada deverá:

14.5.1. Exigir que a rede de postos credenciados por ela, esteja regular junto aos órgãos ambientais competentes e possuam licenciamento ambiental válido, em conformidade à legislação vigente:

- **Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente**

Estabelece a necessidade de prevenir e controlar a poluição, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais.

- **Resolução CONAMA nº 420/2009**

Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, incluindo resíduos perigosos gerados na manutenção de veículos e instalações de armazenamento de combustíveis.

- **Lei nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais**

Define infrações ambientais relacionadas ao vazamento de combustíveis, poluição do solo, água e ar, e estabelece penalidades.

- **Normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)**

Regulam o armazenamento, transporte e comercialização de combustíveis, incluindo requisitos de segurança e proteção ambiental.

- **Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)**

Como a NBR 14021, que trata de armazenamento de combustíveis e líquidos inflamáveis.

14.6. Cabe a contratante:

14.6.1. Fazer constar em edital, que a contratada, deverá descredenciar os postos que, a qualquer tempo da contratação, não comprovem a regularidade ambiental ou que tenham sido autuados por infrações ambientais.

14.7. Estimular, quando possível, a utilização de combustíveis com menor impacto ambiental, como o etanol ou o diesel com baixo teor de enxofre (S10), em consonância com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009).

14.8. Utilizar o sistema de gerenciamento informatizado como ferramenta de controle e otimização do consumo, prevenindo o uso excessivo e, por conseguinte, a emissão desnecessária de poluentes.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme explanado no presente estudo, e, dada a necessidade premente da instituição para a contratação da solução, DECLARA-SE SER VIÁVEL a contratação pretendida do ponto de vista técnico, econômico-financeiro e gerencial



## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LEYKO KATIUSCIA MIYAKE**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 04/05/2026 às 14:27:15.*

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - serviço**

A empresa \_\_\_\_\_, sediada à Av./Rua \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual \_\_\_\_\_, vem através deste apresentar proposta de preços conforme solicitado, referente ao processo SEI n.º 52602.005289/2025-34. CONTATO: nome \_\_\_\_\_ fone/fax: ( ) e-mail \_\_\_\_\_

**Objeto:** Contratação de prestação de serviços de sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos (oficiais e locados) da Superintendência do Inmetro no Rio Grande do Sul (Inmetro-Surrs).

ITEM	Descrição do Item	Desconto ofertado: %
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Item 1 - Gasolina</li> <li>Item 2 - Etanol</li> <li>Item 3 - Óleo Diesel</li> <li>Item 4 - Óleos Lubrificantes</li> <li>Item 5 - Filtros e Fluídos</li> <li>Item 06 - Lavagens e Lubrificações</li> </ul>	

ITEM	Descrição do Item	Valor total (R\$)
7	Da prestação do serviço/Taxa de administração	

ITEM	Descrição do Item	Metodologia
1 a 6	<ul style="list-style-type: none"> <li>Item 1 - Gasolina</li> <li>Item 2 - Etanol</li> <li>Item 3 - Óleo Diesel</li> <li>Item 4 - Óleos Lubrificantes</li> <li>Item 5 - Filtros e Fluídos</li> <li>Item 06 - Lavagens e Lubrificações</li> </ul>	<b>Maior Desconto</b> – preencher a planilha com o <b>maior desconto</b> sobre os preços de referência;
7	Da prestação do serviço/Taxa de administração	<b>Menor Valor Total</b> - obtido através do preenchimento do Anexo - Estimativa de Gastos e Taxa de Administração

O valor da proposta inclui todos os insumos necessários para a execução do contrato, inclusive valores decorrentes dos impostos, seguros e encargos sociais.

O prazo de vigência do contrato será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

A empresa contratada deverá prestar serviço de sistema informatizado e integrado para gestão da frota de veículos do Inmetro- Surrs, através de cartão magnético e/ou eletrônico, com cobertura no Estado do Rio

Grande do Sul, com fornecimento de:

1. Combustíveis automotivos para abastecimento. Trata-se de abastecimento dos veículos oficiais e locados do Inmetro com etanol, óleo diesel comum, S10 e aditivado, gasolina comum e aditivada.
2. Óleo lubrificante e filtros. Trata-se de troca de óleo e filtros em veículos oficiais.
3. Fluídos ARLA 32. Trata-se da utilização do fluído Arla 32 em veículos pesados oficiais e locados
4. Lavagem e lubrificação de veículos. Refere-se a lavagem dos veículos, oficiais ou locados, conforme abaixo:

**Veículo de pequeno porte (VW Gol, Renault Kangoo, Ford Fiesta, Peugeot Partner e outros)**

Lavagem completa sem motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)

Lavagem completa com motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)

**Veículo de médio porte (Toyota Hilux, Renault Master, Iveco Daily, Peugeot Expert e outros)**

Lavagem completa sem motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)

Lavagem completa com motor (carroceria, chassi, secagem e limpeza interna)

**Caminhão de médio porte (VW 8.150, VW 8.160 e outros)**

Lavagem completa (carroceria, chassi, motor, secagem e limpeza interna)

**Caminhão de grande porte (VW 31280 e outros)**

Lavagem completa (carroceria, chassi, motor, secagem e limpeza interna)

5. Para a Lubrificação de veículos. Trata-se de lubrificação dos veículos (apenas veículos oficiais, especialmente caminhonetes e caminhões). Obs: Nos caminhões lubrificação geral (caminhão e guindaste)

Os valores a serem efetivamente pagos deverão ser limitados a:

- a) Para os combustíveis:

valor do preço da bomba para venda à vista, aplicado o desconto proposto pela CONTRATADA no certame;

- b) Para os serviços de manutenção (troca de filtros e óleos, lavagens e lubrificações) e aquisição de fluído (Arla 32):

serão os praticados no mercado por ocasião da demanda, aplicados os descontos propostos pela CONTRATADA no certame. O valor de mercado será considerado no intervalo dos menores preços praticados pelas empresas, que compõem a rede credenciada da Administradora, localizadas nos municípios-sedes das Unidades Inmetro-Surrs, ou para o município em que se encontre o veículo, no caso de deslocamento para fora da sede;

- c) Para a Administradora:

a taxa percentual estabelecida no certame licitatório, pelos serviços prestados de gerenciamento informatizado da frota, que inclui abastecimento e manutenção dos veículos e dos serviços, conforme incisos a) e b) acima, após a incidência dos descontos legais cabíveis (INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1234, DE 11 DE JANEIRO DE 2012). Serão admitidas taxas percentuais menores do que 0% (zero por cento), desde que comprovada exequibilidade.

- d) Somente serão pagos os itens efetivamente utilizados, as quantidades previstas são estimadas.
- e) Os serviços deverão ser prestados no Estado do Rio Grande do Sul, com cobertura mínima de 80% dos municípios.
- f) Nos municípios onde existem Regionais do Inmetro-Surrs, a citar: Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santo Ângelo, deverão possuir postos credenciados de abastecimento e também na maioria dos municípios de cada microregião informada.

A CONTRATADA deverá apresentar:

- a) No momento da assinatura do contrato, a Relação dos postos de abastecimento de combustíveis, por município/bairros, já credenciados, e que estejam operando com o sistema proposto;
- b) Declaração de que o sistema proposto possibilita a personalização do usuário do abastecimento, trabalhando com sistema de senhas (inclusão, exclusão, bloqueio, desbloqueio) de forma a garantir a segurança nas operações de abastecimento, inclusive com central de atendimento;
- c) Declaração de que o sistema proposto é capaz de lançar créditos e débitos no cartão de controle do usuário no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- d) Metodologia de atendimento e soluções de problemas para atendimentos gerais do sistema de gerenciamento, tais como:
  - Credenciamento de postos solicitados pelo Inmetro-Surrs;
  - Descredenciamento de postos quando houver caracterização de dolo;
  - Instruções de uso dos cartões, a serem distribuídas para os usuários.

Descrição dos Serviços

- a) Os dados (Relatórios Gerenciais) deverão ser capturados individualmente e/ou em lotes, conforme necessidade, por meio eletrônico, através de filtros a serem definidos pelo Inmetro-Surrs, e que possam ser migrados para base de dados - Oracle - (Ex: TXT com colunas);
- b) Todos os abastecimentos realizados deverão ser monitorados e catalogados em sistema eletrônico que faça o controle por usuário do sistema e com capacidade de transferência desses dados para arquivos da CONTRATANTE;
- c) No sistema gerencial de desempenho dos veículos deverá constar alerta quando o desempenho for fora do parâmetro estipulado, em que será emitido um relatório para o Inmetro-Surrs, num prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- d) O sistema a ser proposto deverá, necessariamente, individualizar o usuário / veículo que realizou o abastecimento (quantidade e o tipo de combustível), detalhamento da data (dd/mm/aa), hora (hh/mm), nome do posto / município, quilometragem do veículo, identificações do veículo (placas / prefixo), preço unitário e total, e ainda o saldo disponível do crédito do cartão;
- e) O sistema proposto deverá possuir rotina de extração de dados para a CONTRATANTE, que disponibilize informações, em meio eletrônico, que a proponente detenha sobre a frota dos veículos da CONTRATANTE, e esta deve ter a possibilidade de fornecer, a partir de uma determinada data informada pela CONTRATANTE, as informações novas em relação à última extração;
- f) A CONTRATADA deve preservar todas as informações capturadas, para fins de eventual reenvio e constatação até o término do contrato;
- g) Quanto à periodicidade, a extração deverá ser fornecida diariamente, e estar disponível em até 24 (vinte e quatro) horas ao da ocorrência do fato, isto é, os dados de um abastecimento devem estar disponíveis no dia seguinte ao do atendimento na CONTRATANTE.

#### Dos Cartões

- a) Para Gestão e viabilidade das informações, o cartão magnético deverá identificar simultaneamente o veículo e uma identificação por condutor através de senha para segurança.
- b) Deverá ser disponibilizados ao Inmetro-Surrs INICIALMENTE a quantidade de 49 (quarenta e nove) cartões referentes a cada veículo da frota atual e mais 02 (dois) cartões coringas que poderão ser utilizados em substituição eventual aos demais em caso de perda ou necessidade de troca de cartões. Os cartões que não forem utilizados em um primeiro momento, ficarão como crédito para serem utilizados ao longo de 12 (doze) meses.
- c) O fornecimento de cartões é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicionais para o Inmetro-Surrs, inclusive as trocas e substituições;
- d) As substituições deverão ser realizadas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da comunicação do Inmetro-Surrs;
- e) As atualizações normais de créditos serão realizadas mensalmente, até o primeiro dia de cada mês;
- f) Os créditos não serão cumulativos, devendo ser atualizados somente os créditos utilizados;
- g) Todas as inclusões e exclusões de usuários deverão ser on-line e feitas pelo responsável designado pelo Inmetro-Surrs.

#### 4.6 Do controle e segurança do sistema

- a) O uso do cartão, para qualquer operação, somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário;
- b) Bloqueio do uso do cartão de veículo/usuário deverá ser feito diretamente à CONTRATADA pelo fiscal do contrato do Inmetro- Surrs ou responsáveis indicados pelo mesmo;
- c) Deverá ser possível a troca periódica ou a validação de senha pessoal;
- d) O sistema deve permitir definição de parâmetros/perfis de usuários e limites de gastos (total, por valor unitário de combustível) para utilização dos cartões;
- e) O cancelamento do cartão somente poderá ser feito pela CONTRATANTE e CONTRATADA a pedido do fiscal do contrato;
- f) Se for constatado o uso indevido do cartão do veículo/usuário não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo Inmetro-Surrs, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA.
- g) No momento do cancelamento de qualquer cartão o sistema deverá emitir imediatamente um relatório mencionando a data e hora do cancelamento, ou se for acessado o banco de dados poderá ser identificado o status dos cartões (cancelado/inativo).

- h) O sistema deverá possibilitar a emissão de recibo impresso contendo os dados do abastecimento efetuado (local, hora, quantidade e tipo de combustível, valor).

#### Do controle e segurança do sistema

- a) O uso do cartão, para qualquer operação, somente será possível após a digitação de uma senha válida do usuário;
- b) Bloqueio do uso do cartão de veículo/usuário deverá ser feito diretamente à CONTRATADA pelo fiscal do contrato do Inmetro-Surrs ou responsáveis indicados pelo mesmo;
- c) Deverá ser possível a troca periódica ou a validação de senha pessoal;
- d) O sistema deve permitir definição de parâmetros/perfis de usuários e limites de gastos (total, por valor unitário de combustível) para utilização dos cartões;
- e) O cancelamento do cartão somente poderá ser feito pela CONTRATANTE e CONTRATADA a pedido do fiscal do contrato;
- f) Se for constatado o uso indevido do cartão do veículo/usuário não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo Inmetro-Surrs, será considerado falha do sistema e as despesas efetivadas serão suportadas pela CONTRATADA.
- g) No momento do cancelamento de qualquer cartão o sistema deverá emitir imediatamente um relatório mencionando a data e hora do cancelamento, ou se for acessado o banco de dados poderá ser identificado o status dos cartões (cancelado/inativo).
- h) O sistema deverá possibilitar a emissão de recibo impresso contendo os dados do abastecimento efetuado (local, hora, quantidade e tipo de combustível, valor).

A contratada deverá oferecer os recursos e meios necessários e suficientes para a supervisão e fiscalização da regularidade e correção dos abastecimentos, além de assegurar que todo combustível registrado pela bomba seja efetivamente abastecido no veículo indicado; não sejam abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota da Instituição; os veículos cadastrados só sejam abastecidos com combustível para o qual está autorizado.

A rede credenciada de abastecimento deve garantir a disponibilidade e ampla cobertura de atendimento, sem que seja necessária utilização de outros meios para suprir as necessidades durante seus deslocamentos.

A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos solicitados, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos ou incorreções relativas ao objeto desta especificação, bem como a respeito da qualidade dos combustíveis, casos em que a contratada deverá, às suas expensas, realizar correções e comprovar a regularidade e a procedência dos combustíveis.

- A solicitação de abastecimento deverá ocorrer por meio de cartão magnético, autorizado por senha,
- Os combustíveis deverão ser fornecidos de forma parcelada e contínua, de acordo com a previsão anual da contratante.
- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- **Observações:**

- a) **Declaro estarem incluídos nos preços cotados todos os impostos, taxas, seguros, fretes, bem**



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

como quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas, que serão de única e exclusiva responsabilidade nossa.

**b) Considerar frete: CIF**

**c) Validade da Proposta: 180 dias**

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

(Carimbo CNPJ e Assinatura)

Anexo ao Termo de Referência - ESTIMATIVA DE GASTOS

Será considerado vencedor o licitante que ao aplicar o maior desconto para o lote (itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06) e menor Taxa administrativa (item 7) obtiver o menor VALOR TOTAL (d).

c) Taxa de desconto dos itens

Itens	Quantidade Estimada	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Total	Desconto (%)	Preço Total c/ DESCONTO
		R\$ -	R\$ -	0,00%	-
1 Gasolina	120000	R\$ 6,76	R\$ 811.200,00	0,00%	R\$ 811.200,00
2 Etanol	4000	R\$ 5,30	R\$ 21.200,00	0,00%	R\$ 21.200,00
3 Diesel	114000	R\$ 6,75	R\$ 769.500,00	0,00%	R\$ 769.500,00
4 Óleo lubrificante	350	R\$ 60,00	R\$ 21.000,00	0,00%	R\$ 21.000,00
5 Filtro de combustível	300	R\$ 60,00	R\$ 18.000,00	0,00%	R\$ 18.000,00
6 Lavagem de veículos	1400	R\$ 100,00	R\$ 140.000,00	0,00%	R\$ 140.000,00
(b) Total - Referência					R\$ 1.780.900,00
Desconto					R\$ -
					R\$ 1.780.900,00
Total					R\$ -
7 Taxa Administrativa	0,0000%				R\$ -
(d) VALOR TOTAL - DESCONTO					R\$ 1.780.900,00

Total, em R\$, do valor dos itens 1 a 7 com o valor do desconto.

d) Taxa Administrativa





Serviço Público Federal

 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS  
 INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO
**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO**

Processo Administrativo nº 0052602.005289/2025-34

Unidade Gestora: Surrs

 MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026,  
 QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA,  
 QUALIDADE E TECNOLOGIA E A EMPRESA  
 @NOME\_PESSOA\_JURIDICA\_ASSOCIADA\_DESTINATARIO.

O INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – Inmetro, por intermédio do(a) Superintendência no Rio Grande do Sul - Surrs, prevista no Decreto nº 11.221, de 5 de outubro de 2022, com sede na Avenida Berlim, nº 627, na cidade de Porto Alegre/Estado do Rio Grande do Sul, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.662.270/0009-15, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Márcio André Oliveira Brito, nomeado pela Portaria nº 1.956, de 7 de março de 2023, publicada no DOU de 8 de março de 2023, secundado pelo Superintendente, Senhor Omer Pohlmann Filho, portador do matrícula funcional nº 2578861, nomeado(a) pela Portaria nº 98, de 07 de fevereiro de 2025, publicada no DOU em 10 de fevereiro de 2025, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) @nome\_pessoa\_juridica\_associada\_destinatario@, inscrita no CNPJ/MF sob o nº @cnpj\_pessoa\_juridica\_associada\_destinatario@, sediado(a) na @endereco\_destinatario@, @bairro\_destinatario@, em @cidade\_destinatario@ / @sigla\_uf\_destinatario@ doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo Sr(a). @nome\_destinatario@ - @cargo\_destinatario@, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apontada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 0052602.005289/2025-34 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico* nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos oficiais e locados da Superintendência do Inmetro no Estado do Rio Grande do Sul, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$) - SEM DESCONTO (2 ANOS)	% DE DESCONTO	VALOR TOTAL (R\$) - COM DESCONTO (2 ANOS)
1	1	<b>Gasolina</b> Abastecimento de veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, com GASOLINA COMUM ou ADITIVADA		Litro	120.000				
	2	<b>Etanol (álcool combustível)</b> Abastecimento de veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, com ETANOL		Litro	4.000				
	3	<b>Diesel</b> Abastecimento de veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, com ÓLEO DIESEL e Diesel S-10		Litro	114.000				
	4	<b>Óleo lubrificante</b> Troca de óleo lubrificante dos veículos oficiais do Inmetro, seja motor a álcool, gasolina, flex ou a diesel		Unidade	350				
	5	<b>Filtro de combustível - veículos</b> Troca de filtros e fluídos (Arla 32 e outros) dos veículos oficiais do Inmetro		Unidade	300				
	6	<b>Lavagem de veículos</b> Lavagem dos veículos do Inmetro, oficiais e/ou locados, seja para lavagens apenas de chassi, bem como interior, com motor,		Serviço	1.400				

		ou mesmo com lubrificação; lavagem total ou parcial						
						<b>Subtotal:</b>		
	<b>7</b>	<b>Controle de abastecimento de veículos</b> Taxa de Administração dos serviços de gerenciamento da frota, que inclui despesas com abastecimentos, lavagens, trocas de óleo, filtros, lubrificantes e fluidos, de acordo com o disposto neste Termo de Referência		Serviço	01			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 2 (dois) anos contados da data da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2.6. Não haja registro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin ).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ..... (.....), perfazendo o valor total de R\$ ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função:-

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art.37) com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*
- 10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*
- 10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*
- 10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional*

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes .*
- 13.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*
- 13.2.1. *Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.*
- 13.3. *O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.*
- 13.4. *O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.*
- 13.5. *Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.*

- 13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.8.2. Do Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 13.8.3. Da Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 13.8.4. Das Indenizações e multas.
- 13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.10.5. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.10.6. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou ou na contratação direta, atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I - Gestão/Unidade: 18205/183039;
  - II - Fonte de Recursos: 1050000233;
  - III - Programa de Trabalho: 221252801214J0001;
  - IV - Elemento de Despesa: 33390.30.01, 33390.30.39, 33390.39.19 e 33390.39.25;
  - V - Plano Interno: 0036W210909; e
  - VI - Nota de Empenho: XXXXXX
- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133 de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO (ART. 92, §1º)

- 18.1. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Porto Alegre/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Porto Alegre, 4 de fevereiro de 2026.

Representante legal do Contratante

Representante legal do Contratado

Testemunha 1

Testemunha 2



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE COM FUNDAMENTO NO  
ART. 6º, § 1º, DO [DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015](#) EM  
10/02/2026, ÀS 10:08, CONFORME HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA, POR

GUSTAVO DOS SANTOS

Analista Executivo em Metrologia e Qualidade

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[https://sei.inmetro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orcao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inmetro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orcao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2355718** e o código CRC **E2AC8CDE**.



---

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de termo de contrato para Licitação e contratação direta – Serviços contínuos sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra- Lei n.º 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: DEZ/2025